

17/01/2017

### REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Procurador,

Estou adquirindo um imóvel na região metropolitana do Recife e necessito de uma certidão negativa de QUAISQUER débitos tributários do contribuinte, eventualmente inscritos em dívida ativa, para fins de atestar sua regularidade para com o fisco municipal.

Tal exigência decorre do art. 185 do Código Tributário Nacional e é uma cautela para a garantia da validade do negócio jurídico.

“CTN, Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário **regularmente inscrito como dívida ativa**. (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)”

Informo que tentei emitir tal certidão pela internet, mas não foi possível, pois as hipóteses são bastante restritivas quanto a um imóvel específico ou quanto a pessoas jurídicas.

Para fins do dispositivo legal (art. 185 do CTN), necessito de uma certidão abrangente que ASSEGURE A REGULARIDADE FISCAL e diga que **NÃO CONSTA nenhum débito tributário para com a municipalidade**, incluindo o IPTU de quaisquer imóveis, ISS, taxas e demais tributos municipais.